

**PET no HABEAS CORPUS Nº 569.623 - BA (2020/0076877-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**REQUERENTE : ROBERTO CARLOS MARINHO FAGUNDES (PRESO)**  
**ADVOGADO : JOAO RAFAEL AMORIM SOUZA PEREIRA - BA047710**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBERTO CARLOS MARINHO FAGUNDES em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

O impetrante protocolizou petição de fls. 67/73 informando que o Juízo da Vara de Execução Penal de Vitória da Conquista - BA concedeu progressão para o regime semiaberto, contudo, relata que não apreciou o pedido de prisão domiciliar, requerendo o prosseguimento da ordem de *habeas corpus*.

É o relatório. Decido.

Não verifico nenhuma alteração fático-jurídica que justifique a modificação da decisão anterior.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c art. 210 do RISTJ, **mantenho a decisão de fls. 355-356, pelos seus próprios fundamentos, indeferindo liminarmente o *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente